

A data-base e a luta por mais recursos

Frente à reação da comunidade, Alckmin recua e retira expressão “no máximo”

A reação dos trabalhadores e estudantes das universidades estaduais frente ao ataque do governador Geraldo Alckmin à autonomia universitária produziu um rápido efeito.

Conforme descrito nos boletins das entidades sindicais, Alckmin havia enviado à Assembleia Legislativa (Alesp) o Projeto de Lei (PL) 587, de 30/4/15, com sua proposta para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2016, com uma “novidade” muito grave. No artigo 4º, que trata dos recursos para Unesp, Unicamp e USP, dizia que o governo deverá repassar “no máximo 9,57%” da Quota Parte do Estado do ICMS ao ano, em 2016, para o financiamento das universidades estaduais. Nos anos anteriores, a expressão utilizada foi “no mínimo”. Com essa simples troca de palavras, Alckmin ganharia o poder de enviar mensalmente qualquer montante às universidades. Ou seja, seria a volta da política do “pires na mão” e a pá de cal na autonomia universitária, conquistada após a greve de 1988. Sem destinação perene de recursos, a autonomia iria por água abaixo.

A comunidade reagiu. Uma expressiva passeata no dia 14/5, com faixas denunciando o ataque de Alckmin, ganhou espaço nos meios de comunicação, bem como o indicativo de greve geral das universidades a partir de 1º de junho. No dia 15/5, o governador



Passeata em SP, no dia 14/5: o recado chegou até o governo

necessidade de ampliação de recursos para Unesp, Unicamp e USP na LDO 2016, bem como dotação fixa para o Centro Paula Souza (ETECs e FATECs). Mesmo com a retirada da expressão “no máximo”, permanece em pauta a necessidade de maior dotação, especialmente devido à forte expansão vivida por estas instituições nos últimos anos, sem a contrapartida de recursos por parte do governo.

O documento do Fórum apresenta as propostas de emendas à LDO 2016, com especial desta-

que para a necessidade de mudar a base de cálculo que antecede ao repasse para as universidades. Conforme o Fórum denuncia há anos, antes de calcular o repasse, o governo retira indevidamente um conjunto de alíquotas (como a Habitação e outras alíneas do ICMS). Somente nos anos de 2013 e 2014, por exemplo, com essa manobra as universidades deixaram de receber um total de R\$ 698,8 milhões, sem contar o prejuízo causado pela manipulação dos recursos oriundos da Nota Fiscal Paulista.

Desta forma, o texto pede que fique explícito que o percentual aprovado seja calculado sobre o “total do produto da arrecadação” do imposto.

Luta por mais recursos

O documento do Fórum segue anexo a este boletim.

Nesta terça 19/5, representantes das entidades que compõem o Fórum das Seis estiveram na Alesp e entregaram aos deputados um documento que destaca a

enviou um aditamento ao PL 587, retirando o termo “no máximo” e determinando que o repasse mensal às universidades estaduais deve “respeitar o percentual global de 9,57% da arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)”.

A iniciativa do governador é um evidente recuo diante da mobilização da comunidade. Em sua cabeça, ainda deve estar bem fresca a forte greve de 2014. E também deve assombrá-lo o temor de um movimento que se unifique com os professores da rede estadual.